

A PETROBRÁS é nossa!



Não às privatizações! Pela redução do preço dos combustíveis, por uma Petrobrás 100% estatal!

Os frequentes aumentos dos preços dos combustíveis e do gás têm causado indignação em toda a população brasileira. No mês de maio, por exemplo, aconteceram quase 20 reajustes, o que foi o estopim para que os caminhoneiros realizassem uma forte mobilização, com amplo apoio popular, que passou a se combinar com a luta dos petroleiros contra a privatização da Petrobrás.

Para entender a dimensão dessa luta, e que ela é de todos os trabalhadores brasileiros, é importante saber que a Petrobrás é a maior empresa do país e da América Latina. Seu destino será o nosso destino. Por isso, há uma disputa de classes em torno dela: os ricos querem privatizá-la e a classe trabalhadora precisa defendê-la como estatal e a serviço do desenvolvimento do Brasil.



Defender a Petrobrás à serviço do nosso país tem a ver, entre outras questões mais amplas, com a questão dos preços dos combustíveis, porque não tem cabimento pagarmos tão caro por algo que é nosso. É por esta razão que os atos e interdições de

rodovias realizados pelos caminhoneiros tiveram tanta aceitação. Chegaram a contar com cerca de 87% de apoio da população.

As paralisações dos caminhoneiros abalaram o transporte de cargas, o que causou impactos em várias cida-

des. Ainda que as pessoas tenham começado a sentir dificuldade para obter combustíveis e ter acesso a outros produtos, principalmente alimentícios, não deixaram de torcer pelos grevistas e pelo atendimento de suas reivindicações.

Neste mesmo contexto, os petroleiros realizaram uma greve nacional pela baixa do preço dos combustíveis, assim como reivindicavam os caminhoneiros, e, também, contra a venda de ativos, o equacionamento da Petros e a perda de direitos.

Para o Sindsef-SP, este é o momento de unir as forças das diversas categorias em torno de um programa unitário de enfrentamento dos principais problemas dos trabalhadores, contra as privatizações e em defesa dos serviços públicos gratuitos e de qualidade.

Os aumentos dos preços de derivados de petróleo no Brasil

Somente entre os dias 22 de abril e 22 de maio o preço da gasolina saiu de R\$ 1,74 e chegou a R\$ 2,09, alta de 20%. Já o do diesel foi de R\$ 2,00 a R\$ 2,37, aumento de 18%. Para o consumidor final, os preços médios nas bombas de combustíveis subiram de R\$ 3,40 para R\$ 5,00, no caso do litro de gasolina (crescimento de 47%), e de R\$ 2,89 para R\$ 4,00, para o litro do óleo diesel (alta de 38,4%).

A escalada nos preços dos derivados no Brasil, neste momento, está relacionada a fatores de natureza conjuntural (principalmente devido a elementos da geopolítica do petróleo e valorização do dólar diante do real) e a fatores internos (escolhas da política de preços adotada pela Petrobrás).

1 - O CENÁRIO EXTERNO E O AUMENTO DO PREÇO

Nos últimos três meses, houve crescimento expressivo (cerca de 23%) da cotação do barril de petróleo no mercado internacional, principalmente em razão do retorno das sanções dos Estados Unidos (EUA) sobre o Irã, do aumento geral da tensão no Oriente Médio, envolvendo Israel, Palestina e Síria, e da queda na produção de petróleo da Venezuela.

Existem ainda dois fortes movimentos especulativos internacionais: um pela subida dos preços do petróleo, a partir da situação geopolítica, e, outro, contra as moedas dos países emergentes, forçando a alta do dólar estadunidense. No Brasil, somado ao cenário de incerteza política, a valorização do dólar diante do real foi significativa, com grande impacto sobre os preços internos de produtos importados.



2 – A NOVA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRÁS

Pedro Parente, na presidência da Petrobrás de junho de 2016 até ser derrubado pelas greves dos caminhoneiros e petroleiros em 01 de junho de 2018, imprimiu uma nova política para a definição dos preços de derivados de petróleo no Brasil, adotando a paridade internacional (praticar nas refinarias os mesmos preços dos derivados no mercado internacional). Tal decisão desencadeou uma série de efeitos sobre a economia brasileira, afetando diretamente os consumidores e, também, os setores da indústria que utilizam os derivados de petróleo para produzir.

a) O Brasil se torna mais vulnerável aos efeitos externos, reduzindo a capacidade de intervenção sobre os preços. Isso acontece, por exemplo, quando o preço do barril sobe muito, como está acontecendo agora.

b) O país passa a comprar no mercado internacional um bem que poderia produzir internamente. A Petrobrás está aumentando a exportação de petróleo cru e, ao mesmo tempo, reduzindo a utilização de suas refinarias. Parte dessa produção



Foto: FNP

de derivados está sendo direcionada para atender ao mercado externo.

c) Como consequência desta política de paridade e redução da produção, cresce a entrada de importadores de derivados de petróleo no país.

d) Na busca pelo aumento da receita fiscal, em julho de 2017, o governo federal reajustou de 9% para 14% a alíquota do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que incide sobre a gasolina e o diesel, com impactos ainda maiores sobre os preços finais.

e) A economia brasileira se torna mais suscetível às flutuações do mercado financeiro e aos ataques especulativos. Quando se permite que um

dos principais bens comercializáveis (e a principal fonte de energia e de transporte) possa variar conforme os fluxos financeiros, a economia nacional se torna ainda mais suscetível aos ataques especulativos. Desta forma, o governo reduz a capacidade de controle sobre a política econômica.

f) Diante de forte movimento especulativo, ainda que no curto prazo, ganham enormemente os acionistas privados, boa parte deles de capital internacional.

Por sua vez, o trabalhador brasileiro, como consumidor final, sofre um grande impacto no custo de vida, especialmente em contexto das mais variadas adversidades, como a queda da massa de salários e o aumento do

desemprego no país.

As greves dos caminhoneiros e petroleiros foram fortes a ponto de derrubarem o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, o responsável direto pelo aumento dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha.

Temer colocou o “homem do mercado financeiro”, como é conhecido Ivan Monteiro, em seu lugar para continuar a política que prejudica os trabalhadores e a sociedade em geral. Em poucos dias, já se nota que seu objetivo é dar continuidade à privatização da Petrobrás, entregando a empresa estatal aos empresários estrangeiros. Logo no seu primeiro dia, Monteiro já aumentou em 2,25% o preço da gasolina nas refinarias.

Como era a política de preços dos derivados antes da atual gestão?

Entre janeiro de 2003 e junho de 2016, a Petrobrás optou por manter os preços dos derivados de petróleo mais estáveis, reduzindo o impacto das flutuações internacionais. Ainda que levasse em conta as variações dos preços internacionais, utilizava-se de outros fatores como contrape-

sos, como os custos e o volume da produção de petróleo e de refinado no país, a variação da demanda por derivados, entre outros. Nesse mesmo período, a gasolina e o diesel sofreram apenas 15 reajustes de preços (para cima ou para baixo) e, entre 2005 e 2008, não houve nenhuma revisão de valor.

O gás liquefeito de petróleo (GLP), o chamado gás de cozinha, não sofreu nenhum reajuste em refinaria entre 2003 e 2014. Hoje, a escalada de preços teve como consequência o aumento do número de famílias que passou a usar a lenha para cozinhar.

Com a nova política, desde junho de 2016, a Petrobrás já reajustou 216 vezes os preços da gasolina e do diesel.

Medidas que podem mitigar a atual crise

Diante do atual cenário, algumas iniciativas podem ser adotadas pela Petrobrás e pelo governo federal, com redução de preços para todos.

- Recuar da política de paridade internacional nos preços dos derivados, principalmente diesel, gás de cozinha e gasolina, e levar em consideração outros fatores, como a produção de petróleo e refino no país, custos para essas produções, câmbio, demanda por derivados.

- Aumentar o volume de petróleo refinado em refinarias próprias, que atualmente utilizam apenas 68% da capacidade total. Vale destacar que refinar fora encarece a gasolina, um dos principais fatores para aumento da inflação, sobretudo num país que usa quase exclusivamente as rodo-



vias como modo de distribuir a produção interna.

É possível refinar 2,4 milhões de barris/dia e atender a demanda interna (com cerca de 2,2 milhões/dia), dependendo menos do mercado internacional (seja de produção ou preço dos refinados).



Foto: Evlázio Bezerra

A privatização da Petrobrás por dentro

A Petrobrás como estatal foi conquistada em 3 de outubro de 1953, a partir de uma campanha de massas iniciada em 1946, que passou para a história com o slogan “O petróleo é nosso!”. Por este motivo, o povo brasileiro sempre teve muito orgulho da empresa. O governo e os patrões não querem mostrar que a estatização deu certo e permitir que a empresa seja um exemplo.

A estatal se tornou uma potência devido ao esforço dos trabalhadores brasileiros nos últimos 60 anos. Foram anos de sacrifício e pesquisas em terra e no mar, investindo recursos do povo, que levou à descoberta do pré-sal. Isso poderia garantir a retomada do monopólio estatal do petróleo e a Petrobrás 100% estatal, assim como reestatizar a Vale do Rio Doce. Mas, a empresa vem passando por um processo de privatização em doses homeopáticas.

Graças à resistência dos trabalhadores, não conseguiram vendê-la logo, como fizeram com a Vale do Rio Doce. Então, decidiram ir quebrando-a por dentro, privatizando-a por partes. Primeiro, FHC quebrou o monopólio estatal do petróleo do Brasil e criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), como testa-de-ferro das multinacionais. Acelerou a precarização e a terceirização de serviços.

Foi vendido um lote de 36% das ações da Petrobrás para grandes bancos estrangeiros, na Bolsa de Nova Iorque, no valor de U\$ 5 bilhões quando, na verdade, valiam U\$ 100 bilhões. Chegamos a uma situação onde o capital social da Petrobrás caiu na mão de maioria privado e estrangeiro.

O governo do PT deveria ter rompido os contratos fraudulentos, mas, infelizmente, preferiu continuar

com a obra privatizante. Manteve e aprofundou os leilões e a entrega do petróleo às multinacionais. Deu continuidade à estrutura semi-estatal e priorizou trabalhar com um projeto de sociedade com as grandes petroleiras multinacionais e utilizando as empreiteiras da construção nas grandes obras, de onde saía um lamaçal de corrupção. Isto é o que explica que o governo Dilma tenha realizado o leilão de Libra e tenha vendido este campo para multinacionais por um valor que correspondeu a 1% do seu valor real.

As multinacionais não investiram em pesquisas de águas profundas na década de 1970. Somente depois que o Brasil correu os riscos e investiu bilhões para descobrir estas reservas fantásticas, passaram a adquiri-las a preço de banana, através dos leilões.

Antes, boa parte do lucro era reinvestido em pesquisas e no desenvol-



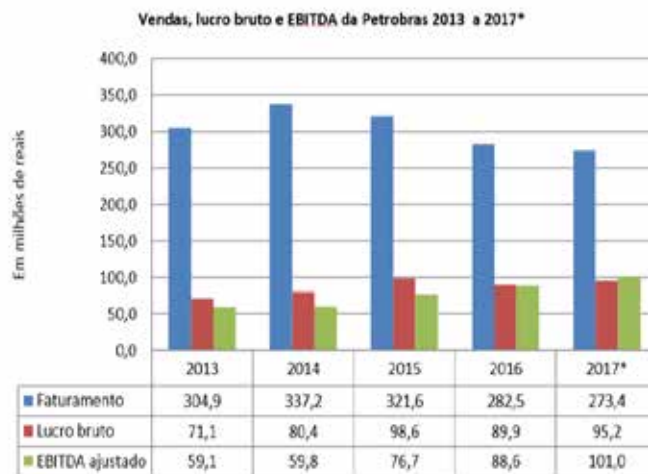
vimento da empresa. Hoje, mais de 40% do lucro é entregue aos acionistas privados. A Petrobrás paga 10% das vendas na forma de royalties, enquanto a Vale do Rio Doce, que foi privatizada, paga apenas 2% de royalties para explorar minério de ferro. A Petrobrás representa 13% do PIB do país, peso econômico superior a todo o setor da construção civil, que representa 6,2% do PIB.

COMO ESTÁ ACONTECENDO O DESMONTE E QUAL SEU OBJETIVO

Para justificar o desmonte da Petrobrás, criou-se a falácia de que ela dava prejuízo e que estava quase falida, devido a um alto endividamento. Introduziu-se um termo no debate: “impairment” – uma desvalorização de partes da empresa, investimentos que perderam valor ou que foram suspensos. Os governos Dilma (até 2015) e Temer (2016 em diante), aliados com as multinacionais do petróleo e os grandes bancos, patrocinaram essa desvalorização.

Mas, esta desvalorização é artificial, imposta pelo “mercado”. É como se você tivesse um carro excelente, por exemplo, um Hyundai em perfeito estado, okm, mas se informa que a empresa estaria em sérias dificuldades financeiras e uma enorme dívida a pagar, podendo inclusive falir. Como num passe de mágica, seu carro foi “desvalorizado” em 70% só no papel já que você continuará andando no seu carro normalmente, sem que as dificuldades da Hyundai interfiram no seu passeio. E se descobrisse que tudo não passou de um “boato” para destruir a Hyundai e favorecer as multinacionais?

A Petrobrás teve um prejuízo no valor de R\$ 71,4 bilhões de reais entre 2014 e 2016, justamente os anos de intensa campanha contra a estatal, em



meio aos escândalos da Lava Jato, onde governos e grandes empreiteiras roubaram-lhe bilhões de dólares.

O gráfico acima demonstra, apesar de uma queda das vendas da Petrobrás, a manutenção do lucro bruto da empresa em torno de R\$ 100 bilhões de reais por ano e a entrada de dinheiro vivo no caixa (EBITDA) também em torno de R\$ 100 bilhões de reais.

Isto quer dizer que da parte dos trabalhadores há uma produtividade crescente e a formação de

um grande lucro operacional da empresa. Os trabalhadores, diretos e terceirizados, da Petrobrás garantiram um crescimento da empresa, mesmo em meio à maior crise econômica da história do país.

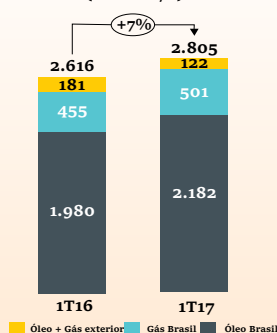
Na realidade, a estratégia por trás do desmonte da Petrobrás é, em primeiro lugar, transformar o Brasil em grande produtor e exportador de óleo cru, produtor de energia, matérias-primas e alimentos para fora. Em segundo lugar, as multinacionais almejam comprar o máximo possível de reservas de petróleo, de preferência no pré-sal, pois já tem a certeza de ter muito óleo e com alta produtividade.

Petroleiras privadas vão exportar óleo cru barato extraído a 8 dólares, refinar no seu país e trazer mais caro para cá. Por isso, a petroleira francesa Total está fazendo uma “sociedade” com a Petrobrás.

Assim, a Petrobrás está sendo desfigurada e desmantelada como empresa integrada de energia, do poço ao posto. Isto ocorre dentro de uma estratégia de tornar o Brasil o “celeiro do mundo”, país exportador de commodities, um retorno ao nosso passado colonial.



Produção Óleo e Gás
(mil boed/d)



A verdadeira situação da Petrobrás

A Petrobrás é três vezes mais rentável que as grandes petroleiras norte-americanas. A empresa é uma das mais rentáveis do mundo porque o seu trabalhador é muito produtivo.

A produção de óleo no Brasil cresceu 10% no primeiro trimestre de 2017 (gráfico ao lado) no meio da maior recessão

da história do país!

Por outro lado, diminuem os investimentos de forma drástica. O relatório do 1º trimestre da empresa comprova uma queda continuada dos investimentos na mesma, já que todo o dinheiro está sendo usado no pagamento da dívida aos banqueiros internacionais.

Se aumenta a produção e a produtividade enquanto diminuem os investimentos e o gasto com pessoal é sinal que, depois da demissão de mais da metade dos trabalhadores (20 mil diretos e 242 mil terceirizados entre 2014 e 2017), aumentou a exploração de forma brutal, já que a metade que ficou está produzindo mais.

Pelo monopólio do petróleo e uma Petrobrás 100% estatal sob o controle dos trabalhadores

A Petrobrás é uma das empresas mais produtivas do mundo. O verdadeiro motivo para seu desmonte é que os governos a partir de 1990 resolveram transformá-la em uma empresa de cunho capitalista, cujo objetivo principal é o lucro e não o desenvolvimento do país. A expressão maior disto foi o fim do monopólio estatal do petróleo.

Os governos já trabalham com a Petrobrás como uma empresa eminentemente capitalista, desde Collor, FHC, Lula, Dilma e Temer,

principalmente nos últimos 6 anos onde se colocaram à frente da empresa, pessoas oriundas do sistema financeiro.

Segundo o Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos (Ilaese), a estratégia de defesa da Petrobrás tem que atacar dois pontos centrais:

1. Uma Petrobrás 100% estatal, com a estatização das ações em Bolsa, sem indenização.
2. A volta do monopólio estatal do petróleo, com a anulação de todas as vendas de ativos, incluído os lei-



ões, a reestatização da petroquímica e da distribuição de combustíveis, assim como a nacionalização das multinacionais do setor.

Essa estratégia só é concebível numa luta pela transformação social do Brasil, em ruptura com o sistema capitalista, que é a origem da

destruição da Petrobrás. Para isso, é importante que haja uma unidade de todos os que estejam em defesa da Petrobrás como empresa estatal, numa campanha que exija investimentos no desenvolvimento do Brasil e a serviço da classe trabalhadora e não do lucro.

A POPULAÇÃO NÃO PODE PAGAR A CONTA

Na disputa sobre quais grupos ganham e quais perdem com a atual política de preços da Petrobrás, ao que tudo indica, o consumidor final acaba, literalmente, pagando a conta. Isso porque os custos de produção (incluindo o transporte) acabam sendo repassados ao preço final, com maior impacto sobre as camadas médias e mais pobres da sociedade.

O corte na Cide (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico), no PIS/Cofins ou no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) resultarão em medidas paliativas, se não houver uma mudança na política do setor de petróleo no

Brasil que transforme, de forma mais estrutural, a dinâmica de preços. Além disso, é um custo que novamente será pago pela população.

É fundamental o fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro para administrar as flutuações externas de custos, reduzindo o impacto da dinâmica geopolítica internacional do petróleo, e, ao mesmo tempo, direcionando a política interna de preços para o atendimento dos interesses dos consumidores.

Como empresa estatal, a Petrobrás deveria ter a atuação voltada para esses interesses e não favorecer os investidores estrangeiros e especula-

dores que ganham em torno da livre flutuação de preços.

As estatais foram criadas para atender a população e o desenvolvimento do país. Mas, os governos têm usado as estatais para beneficiar os bancos e grandes empresários. Querem privatizar a Petrobrás, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, portos, aeroportos e outras empresas. Por isso, as manifestações têm que continuar e se unificar.

Devemos lutar com uma pauta unificada:

- Pela redução e congelamento dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha!

- Em defesa da Petrobrás 100% estatal, sob controle dos trabalhadores e do povo brasileiro.

- Não às privatizações! Pelo fim dos leilões do petróleo! Contra a privatização da Eletrobrás!

- Abaixo a repressão! Fora o Exército das refinarias, das estradas e do Rio de Janeiro!

- Contra o desemprego, redução de jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução de salário

- Revogação da Reforma Trabalhista!

- Seguimos dizendo não a qualquer reforma da Previdência!

- Fora Temer e todos os corruptos!